

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Editorial

### Crise Política

## O GOVERNO UE/MARCELO/COSTA CAIU... ... CHUMBADO O ORÇAMENTO DOS 0,9%

“Geringonça”? Talvez fosse.

Não, porém, no sentido geralmente dado. Geringonça porque, na realidade, foi um “bloco total”.

Bloco com BE e PCP para darem o voto no exercício orçamental anual (na realidade, negociado meses antes com a Comissão Europeia); bloco com PSD, CDS, IL, Chega, para votar as coisas importantes: milhares de milhões para os banqueiros e o ferrolho à revogação das leis laborais da troika.

Em tal prestidigitação se esgotou a famosa “habilidade política” de António Costa. A sua geringonça não foi mais do que uma máquina mirabolante com o condão de pôr os “partidos da esquerda” a votar os orçamentos de austeridade ditados pela UE e sua troika.

Pelo orçamento do Estado para 2022, seu sétimo, o governo anunciara ainda mais austeridade. Que incluía um “aumento salarial” de 0,9% para os funcionários públicos. Segundo Costa, para “manter o poder de compra”... Um gráfico publicado pelo *Público* a 10 de Outubro (imagem), comparava inflação (linha vermelha) e aumentos anuais na função pública (barras verdes) desde 1986. O topo do gráfico vale mais que mil palavras. Desde 2009, com Passos como com Costa, os aumentos foram **zero**. A inflação total, **25%**. O **salário real caiu 20%**.

Não há editorialista neste país que não dê de barato que todos os orçamentos de austeridade e miséria do governo Costa podiam ter sido escritos, negociados, aprovados, tal qual, com o PSD/CDS. Até Rui Rio, o bom sacristão frustrado, desde sempre o disse.

Ora, Costa ousou o orçamento de 2022 após 13 anos sem aumentos salariais – anos que incluíram os roubos selvagens da troika. Roubos que, mau grado parcas “reversões”, nunca foram totalmente recuperados.

Costa ousou-o depois de seis anos a proteger o código

do trabalho de Passos Coelho. Com o que conseguiu que tão-pouco houvesse aumentos no privado.

Costa ousou-o depois de, na pandemia, ilibar os patrões da sua responsabilidade primeira, a de pagar o salário. Pôs os trabalhadores a pagarem a maior parte do seu próprio salário dos fundos da segurança social, que asseguram o seu salário ou pensão no futuro.

Costa ousou-o quando as grandes empresas despedem aos milhares, quando os patrões prometem mais de um milhão de despedimentos nos próximos anos.

Ousou-o quando a “transição verde” e a “transição digital” da União Europeia já começaram a disparar a sua bazuca contra os operários da GALP e os empregados bancários. E têm na sua mira assassina a TAP, a EFACEC, a Groundforce, a ALTICE.

Ousou-o quando sobe em flecha o preço da electricidade e dos combustíveis – para o mais ofuscado perceber quem vai pagar a “salvação do planeta”.

A política seguida foi sempre a mesma: subir devagarinho o salário mínimo até apanhar os outros salários, congelados; destruir os contratos colectivos; generalizar a precariedade; alimentar a especulação imobiliária e turística.

Reunidos na Fábrica de Braço de Prata em Lisboa, a 23 de Outubro, cem sindicalistas, membros de CTs e jovens apontaram outro caminho: o de

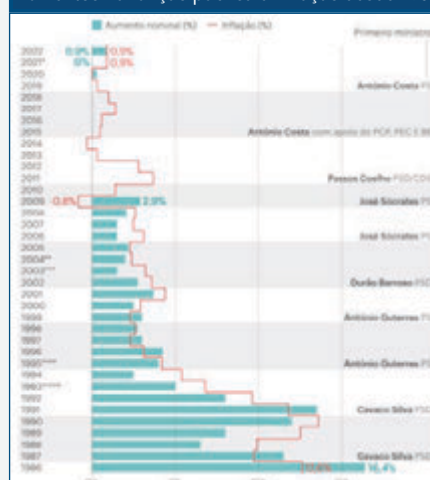
**reconstruir a independência e a unidade do movimento dos trabalhadores e opor a arma da greve e da resistência ao garrote da União Europeia** (seja Costa ou outro o encarregado de apertá-lo).

O povo trabalhador deste país é o soberano teórico da Constituição. Mas há muito que, expropriado pelos tratados europeus, nada manda.

**Para se salvarem, para salvarem o país, para salvarem o ambiente, têm de ser os trabalhadores a exercer todo o poder.** ■

A “geringonça” continuou a troika. Sob mau disfarce.

Aumentos na função pública e inflação desde 1986



## Eleições gerais antecipadas convocadas para 30 de Janeiro de 2022

A queda do governo de António Costa ocorreu quando se tornou impossível às direcções do PCP e BE continuarem a sustentar perante os seus militantes o absurdo de que o total enfeudamento das geringonças a Bruxelas acabaria por trazer algo de bom aos trabalhadores deste país: o enfeudamento à astronómica dívida externa, ao seu cobrador de fraque, o Banco Central Europeu, e ao grande capital em geral...

Como sustentá-lo após seis anos em que o salário real continuou a cair, em que a parcela de trabalhadores a auferirem o salário mínimo (ligeiramente aumentado fosse) passou de 7 para quase 25%; em que a população das cidades, entregues à especulação turística e imobiliária, continuou a ser expulsa para cada vez mais longe; em que o número de sem abrigo explodiu; em que a grande finança recebeu 25 mil milhões de euros ou mais para continuar a saquear o país; e em que os patrões anunciaram

mais de um milhão de despedimentos, entre verdes e digitais, nos anos a vir?

Por muito longe que as direcções do Bloco e do PCP (depois da própria direcção do PS) fossem na aceitação das imposições da União Europeia e do patronato, nunca seria suficiente.

O PRR (também conhecido como bazuca), anunciado como panaceia para os males do país e chuva de euros à borla, é, na realidade, um programa de contra-reformas precisas, cujo cumprimento será seguido milimetricamente, duas vezes por ano, pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu.

O “país”, ou, mais exactamente, os patrões deste país, serão recompensados, sim, com alguns milhões, se se mostrarem diligentes e dispostos a continuar a degradar o sistema de aposentações, o SNS e o ensino público e, sobretudo, a fechar empresas e a despedir a eito – basta que, nas cartas de despedimento, figure a menção “transi-

ção digital” ou “transição verde” – ou ambas.

A queda do governo deu-se, assim, porque era cada vez mais difícil mergulhar camadas inteiras da classe trabalhadora portuguesa na miséria em nome da “esquerda”, sua suposta representante. E porque os sinais de organização da resistência dos trabalhadores e suas organizações, as greves e manifestações, se começavam a generalizar perigosamente.

A Bruxelas, à vasta burocracia e advocacia que representa as instituições e fundos de Bruxelas em Portugal e à burguesia portuguesa propriamente dita resta, agora, empurrar o PS e o PSD para o retorno ao Bloco Central também propriamente dito.

António Costa e a cúpula do PS já começaram a “não excluí-lo”. É assim que se diz no vernáculo da política da mentira. E Rui Rio ganhou a presidência do PSD para isso. ■

### Bloco de Esquerda Campanha por que... o PS não tenha maioria absoluta (outra vez)!

A direcção do Bloco de Esquerda decidiu que a sua campanha eleitoral para as legislativas antecipadas de Janeiro de 2022 lutará por que... o Partido Socialista não consiga uma maioria absoluta!

Já de si, raia o absurdo centrar uma campanha eleitoral no desconhecido resultado final da votação noutros (porventura com base em sondagens?).

O que há-de um eleitor fazer com o único voto de que dispõe para “impedir a maioria absoluta do PS”?

Não valeria mais apelar aos trabalhadores para votarem no Bloco dando-lhes garantias de que, *desta vez*, o Bloco não “viabilizará” – como fez nas legislaturas anteriores – orçamentos e governos que continuem a destruir o SNS e os serviços públicos, ofereçam “aumentos” de 0,9% aos funcionários públicos e mantenham a legislação da troika e a precariedade, que congelaram todos os salários?

A direcção do Bloco recusa-se, porém, a sequer formular de maneira clara as reivindicações que qualquer trabalhador consideraria essenciais: aumento geral de salários, revogação integral e imediata da legislação antilaboral, reposição do SNS como serviço público e universal, apoio à escola pública, política de habitação e transportes que expropriem a especulação e o negócio, e permitam às populações de Lisboa, Porto e outras grandes cidades viverem perto de onde trabalham.

Já na campanha autárquica para Lisboa, o Bloco adoptara idêntica “táctica” –

com os resultados eleitorais sobejamente conhecidos, dos seus piores de sempre.

É certo que, caricatamente, se pode dizer que, em Lisboa, o BE “conseguiu” o tal objectivo: o PS não obteve, de facto, maioria absoluta. Nem relativa. O novo Presidente da Câmara é da direita...

### A UE, o gato escondido com o rabo de fora

É claro, toda a gente sabe que as exigências acima mencionadas só são possíveis rompendo com a tutela da Comissão Europeia e do BCE e a escravatura da dívida.



Depois de Lisboa, o país.

É difícil escapar à ideia de que o Bloco não formula essas exigências claras porque sabe que o PS não as pode aceitar. E sabe que o PS não as pode aceitar porque a Comissão Europeia não o deixa aceitá-las, mesmo quando estão no programa do próprio PS.

Quantas vezes terão ouvido os nego-

ciadores do Bloco na geringonça, nos últimos anos, em resposta às suas modestas propostas ao governo: *‘pois, era ótima ideia, mas vocês sabem muito bem que isso não passaria na Comissão...?’*

Ora, no curto espaço que o projecto de programa do BE dedica à União Europeia, o Bloco quase só faz críticas por assim dizer “internas”: que a UE chegou “com atraso” na resposta à pandemia, por exemplo – aparentemente, portanto, não terá dado tanto dinheiro aos patrões como os “outros blocos” (subentendendo-se os EUA)?

Também as propostas que o Bloco faz são “internas”: que a UE crie limiares de tributação de rendimentos de capital; que a UE inverta prioridades de política monetária (!); que a UE reforce a política de coesão (!); que defina padrões de protecção laboral, social e ambiental no espaço europeu, etc.

Ora, a direcção do BE sabe perfeitamente que não existem, na UE, quaisquer mecanismos democráticos para alterar seja o que for. Está tudo aferrolhado em tratados que nenhum eleitor de nenhum país pode alterar. E o mal chamado Parlamento Europeu nem sequer tem poder de iniciativa legislativa.

Porquê a charada, então, de pedir à UE que faça o favor de “mandar melhor”, já que é ela que manda?

O medo de romper transforma-se depressa na aceitação e, logo depois, na defesa, do que está... ■

#### Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”  
Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>  
Endereço mail: [jose.santanah@gmail.com](mailto:jose.santanah@gmail.com)

## Política “Climática”

# Em Nome do Ambiente, o Saque do Ambiente

O semanário alemão “*Der Spiegel*”, maior órgão da imprensa alemã séria, com impecáveis credenciais verdes/liberais, publicou no seu número de 30 de Outubro uma história titular intitulada “Saque em Nome do Ambiente”.

O chefe de redacção anunciava assim a reportagem da revista sobre “o dilema da luta contra as alterações

climáticas”: “*Para salvar a Terra, parece que vamos ter de dar cabo de grande parte dela. As tecnologias verdes – energia solar; eólica, carros limpos – carecem de quantidades inimagináveis de matérias-primas, como cobre, lítio e cobalto. Para extrai-las, vai ser preciso que grandes grupos mineiros com operações à escala global transformem regiões gigantescas em paisagens lunares.*”

### As paisagens lunares que se preparam

É talvez natural que o que primeiramente preocupe um jornal burguês com preocupações ambientais seja a transformação de idílicas paisagens naturais terrenas em paisagens lunares.

No entanto, se, já hoje, para produzir “moda barata”, o capitalismo de pilhagem explora operárias têxteis do Bangladeche até as fábricas lhes caírem em cima da cabeça, imagine-se o que acontecerá quando os governos capitalistas aplicarem (isto é, entregarem) milhares de milhões em subvenções aos conglomerados da mineração, da energia, etc., para eles “irem buscar” o cobre, o lítio, o cobalto, a balsa e outras matérias-primas indispensáveis à “transição verde” – em quantidades “hoje inimagináveis”, como diz o *Spiegel*.

Em tal caso, as “paisagens lunares” não serão só paisagens naturais. Serão paisagens humanas. Para a imprensa liberal, assunto menos interessante.

Para os trabalhadores e o movimento operário, porém, questão de vida ou de morte.

A balsa, madeira leve e rara praticamente só existente em florestas do Equador, necessária para produzir turbinas eólicas, tornou-se alvo de uma “corrida” à matéria-prima. Resultado: o habitat das populações locais está em risco de devastação.

Ao lado, o *Der Spiegel* descreve o que acontece às populações vizinhas da maior mina de cobre do mundo, no Chile.

Não é, assim, natural que as populações de Montalegre se mostrem profundamente desconfiadas com a atribuição a capitalistas sem nome da mineração do lítio na sua região? Não é natural que as populações de Matosinhos, Sines ou Abrantes vejam mais do que comprovadas as razões que tinham para desconfiar da transição justa (para o desemprego) que lhes é “oferecida” com o encerramento das centrais de energia lá implantadas? Assim como é natural que a adjudicação a oito, pelo país fora, de 14 megacentrais fotovoltaicas, que atapetariam hectares sem fim, desperte a máxima desconfiança e inquietação.

O princípio fundamental da transição energética já não é teórico. Está bem estabelecido: os trabalhadores das empresas que encerram, que tinham contratos e direitos, vão para a rua. Para o novo mundo “verde” entram, quando muito, trabalhadores com contratos precários, pagos ao salário mínimo ou, quiçá, imigrantes acarretados em condições de semi-escravatura, como nas estufas do Alentejo.

### Qual transição justa?

Para acalmar os espíritos mais inquietos, os governos falam de “transição justa”. Invocam o “Fundo para a Transição Justa” criado pela União Europeia. Daí viriam muitos milhões para “requalificar”, “reciclar” e “formar” os trabalhadores despedidos.

Só que também o princípio desses fundos europeus é bem conhecido. Primeiro, os trabalhadores ficam sem contrato. Recebem talvez um subsídio por algum tempo. Entretanto, o “Fundo” faz “concursos”. Investidores formam empresas formadoras e recicladoras, mais ou menos fictícias, para concorrerem aos fundos e embolsarem uns milhões. Encontrada a formadora mais barata, há, com sorte, umas “actividades”. Depois, esquece-se o assunto. Os trabalhadores desaparecem no desemprego, na reforma antecipada ou na miséria. ■



Na capa do *Der Spiegel*

### “Um Segredo Sujo”

(Excerto do *Der Spiegel*, n.º 44/2021, de 29 de Outubro)

“Uma turbina eólica esconde um segredo sujo. Sim, ela transforma o movimento do ar em corrente eléctrica de maneira limpa e eficiente. Pouca gente tem, contudo, ideia exacta do material de que ela se compõe. Ora, ele é fruto de uma agressão brutal à natureza.

Uma central eólica precisa de cimento, areia, aço, zinco, alumínio. E de toneladas de cobre para o gerador, a transmissão, a sub-estação e infundáveis cablagens. Uma turbina média das instaladas no mar emprega umas 67 toneladas de cobre. Para extrair esta quantidade, é preciso que mineiros removam quase 50.000 toneladas de terra e rocha, o quintuplo do peso da torre Eiffel. A brita é então triturada, esmagada, ensopada e percolada. Muita natureza destruída por um bocadinho de electricidade verde.

Na mina Los Pelambres, no Norte do Chile, fica-se a perceber as dimensões a sério. É uma das maiores jazidas de cobre do mundo, uma cratera gigante a 3600 metros de altitude. Solos abençoados com minério metalífero. Quase 2% da produção mundial de cobre sai deste buraco.

Camiões-báscula com motores de 3500 cavalos carregam cargas de muitas toneladas pelos socalcos. As peças chegam ao vale por um tapete rolante de quase 13 quilómetros; ali se separa a pedra do cobre. O processo requer quantidades industriais de electricidade e água, esta, um bem especialmente precioso numa região poeirenta e seca.

Explora o projecto a mineira chilena Antofagasta, com sede em Londres, que detém 60% da mina. Em 2013 construiu uma central hidroeléctrica essencialmente para Los Pelambres. Camponeses locais protestaram, responsabilizando o projecto pela escassez de água na região.

Agora a mina vai ser ampliada. A empresa vai bombear novas quantidades de água da costa do Pacífico, pelo país fora, água do mar dessalinizada. A gerência espera, assim, conseguir explorar a mina uns anos mais. A procura mundial de cobre vai, com efeito, aumentar enormemente, para cabos e motores eléctricos. Ou turbinas eólicas.

Supõe-se que tais tecnologias verdes salvem o planeta – mas, para já, o que se está a fazer, para esse efeito, é a saqueá-lo: tal é a lógica paradoxal que subjaz ao mais importante projecto do mundo industrializados na actualidade, a transição energética global. Cada vez se espalha mais a consciência deste dilema. Ele irá estes dias ocupar os cerca de 25.000 delegados à conferência mundial do clima. Exploram-se os solos do Sul, pobre, para as pessoas do Norte, rico, poderem viver uma vida na aparência ecologicamente correcta. Ou, pelo menos, para poderem achar que a vivem.” ■

**SOLIDÁRIOS!****Encontro Nacional****“Solidários: Trabalhadores Atacados Não Podem Ficar Isolados!”**

**R**ealizou-se no passado dia 23 de Outubro o Encontro Nacional do movimento sindical dos “Solidários”.

O movimento surgiu no início de 2021, procurando forjar a unidade para a resistência dos trabalhadores à ofensiva desferida pelo governo, pela União Europeia e pelo patronato contra o emprego e o salário. Ofensiva que continua em curso. As medidas da bazuca vêm intensificá-la. “O Trabalho” associou-se à iniciativa desde o início.

O Encontro Nacional foi um ponto alto deste esforço de agrupamento. Estiveram presentes na Fábrica de Braço de Prata em Lisboa (alguns em participação remota) uma centena de trabalhadores, sindicalistas, activistas, jovens, académicos. Entre os sindicalistas, dois membros do Conselho Nacional da CGTP, dirigentes do SITEMA, STASA, STOP, STPT, SNTCT, SNMMP, Sindicato dos Call Centers, membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais, nomeadamente da Groundforce, do banco Santander, Atice, SIMAR, TAP, CTT, RTP, Robbialac, bem como membros de outras ORTs e associações.

A discussão foi viva, intensa e mobilizadora. Entre as 10h e as 19h, usaram da palavra uma cinquentena de participantes e oradores convidados.

Três membros da Comissão de Trabalhadores da Lisnave dos anos 1974/75 estabeleceram o laço com a tradição da revolução portuguesa, mostrando como as novas gerações podem usar essa experiência para lutar e vencer.

Diversas eram as origens e experiências sindicais e políticas, mas ressaltaram das intervenções claros fios condutores:



– a vida dos trabalhadores está cada vez mais impossível, material e psicologicamente, desde a união monetária, o pacto de estabilidade, a troika e a “geringonça”;

– o “modelo económico” para que se caminha sob o garrote da UE é o salário mínimo para a maioria (já vai quase em 25%!), a precarização geral dos contratos, a emigração dos mais qualificados: – é, pois, necessária a unidade dos trabalhadores para lutar contra os despedimentos e encerramentos em execução ou preparação (GALP, TAP, Saint-Gobain-Sekurit, Altice, Dielmar, Groundforce, banca...);

– é necessário revogar urgentemente as leis antilaborais da troika, intactas ao fim de seis anos de governos da “esquerda”;

– é necessário restabelecer plenamente a contratação colectiva e impor o aumento geral de salários;

– é urgente impedir a continuação da política de sujeição à UE;

– é necessário impedir a adopção do orçamento de 2022, que, ao fim de 12 anos sem aumentos... prometia 0,9% para os trabalhadores da função pública e a continuação das leis da troika para impedir aumentos no privado.

Esse orçamento foi entretanto derrotado.

A vontade clara que saiu do Encontro Nacional:

Continuar! Fortalecer e engrossar este movimento de resistência unida!

E forçar os que falam em nome dos trabalhadores a assumirem as suas responsabilidades, a convocarem a greve geral se a ofensiva anti-trabalhadores se mantiver!

O Encontro Nacional aprovou a seguinte resolução:



Os trabalhadores e ORTs reunidos no Encontro Nacional (...):

1. Declaram-se pelo chumbo de uma Proposta de Orçamento do Estado para 2022 que não corresponde aos interesses dos trabalhadores.

2. Apela a todos os sindicatos, comissões de trabalhadores e movimentos organizados de trabalhadores a convergirem na manifestação sindical nacional convocada para 20 de Novembro de 2021, exigindo

– Proibição dos despedimentos!

**na Manifestação Sindical Nacional de 20 de Novembro**



Cortejo dos Solidários na manifestação

– Fim à degradação das condições de trabalho!

– Revogação das medidas anti-laborais e anti-sindicais tomadas antes, durante e depois da troika, em particular: fim da caducidade dos contratos e da redução das indemnizações, reposição da regra de tratamento mais favorável ao trabalhador, fim da precariedade, contratos de trabalho para todos!

– Chumbe-se a Proposta de Orçamento do Estado para 2022!

## MANIFESTO DOS SOLIDÁRIOS

### “O Regime da Bazuca Não É Solução! Outro Caminho É Possível”

O mundo em que a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses hoje vive é um mundo de precariedade crescente, que alastra dos jovens a toda a sociedade. Um mundo de despedimentos colectivos, de salários em queda, reais e até nominais. Um mundo de destruição progressiva do direito constitucional à habitação digna, à saúde e ao ensino público de qualidade.

Nunca a consigna “*Trabalhadores atacados não podem ficar isolados!*” foi tão actual. Todos estamos a ser atacados. Só a união de todos poderá reverter a contra-revolução na legislação laboral, particularmente destrutiva desde 2003: a caducidade dos contratos colectivos, o fim da regra de tratamento mais favorável, a redução das indemnizações devidas por despedimento, que puseram a faca e o queijo na mão dos patrões.

A nossa união é necessária para combater a ofensiva patronal, de sucessivos governos e da União Europeia contra os trabalhadores e as suas organizações colectivas e pôr fim à cultura de medo e de individualismo entre os trabalhadores, à degradação de direitos individuais e colectivos e das condições de trabalho, ao enfraquecimento dos nossos colectivos.

**Lucros aos milhares de milhões e miséria crescente** – O patronato, com o apoio dos governos, executando as directivas da União Europeia, está apostado na exploração sem limites da força de trabalho e no empobrecimento das populações.

Desde a entrada de Portugal na comunidade europeia e, em particular, no euro, o país ficou agrilhado, sem autonomia para escolher como se desenvolver, subjugado aos critérios de Maastricht, a uma dívida impagável, à financeirização da economia, à privatização de sectores estratégicos e de bens públicos. O resultado é a estagnação e crise económica e social permanente.

**Assistimos à degradação generalizada do ambiente de trabalho** – Os horários e a intensidade do trabalho aumentam, com as jornadas e turnos contínuos. Aos jovens não resta outra solução senão emigrarem. Nos campos, alastra o trabalho forçado e a exploração desenfreada de trabalhadores imigrantes. É brutal a queda dos salários. 11% dos trabalhadores vivem com rendimentos inferiores ao limiar do risco de pobreza. 2 milhões de trabalhadores têm um salário até 800€. Aprofundam-se as desigualdades sociais: lucros de milhares de milhões postos a salvo em paraísos fiscais e miséria crescente do outro lado. O custo de vida, sobretudo a habitação, esmaga os trabalhadores pobres e os sectores médios. Os impostos aumentam, enquanto a qualidade dos serviços públicos piora.

É assim em Portugal, mas também o é à escala internacional. Vale tudo na guerra concorrencial feroz entre diferentes fracções do capital financeiro e grandes multinacionais e dos Estados que os servem, à custa da incessante intensificação da exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, de guerras e destruições em tantas partes do planeta.

**A pandemia trouxe mais ataques aos direitos e organizações do trabalho** – Enquanto isto, governo e administrações atacam violentamente o direito à greve, os sindicatos e comissões de trabalhadores. A requisição civil nas greves dos estivadores e enfermeiros, a militarização da greve dos motoristas de matérias perigosas e a inqualificável chantagem aos trabalhadores e às suas organizações representativas da TAP são exemplos frescos na memória de todos.

As medidas da pandemia afectaram os trabalhadores de forma drástica. Houve despedimentos em massa dos trabalhadores precários e reduções salariais brutais. Para salvar as

empresas e a propriedade patronal, a maior parte do salário de milhões de trabalhadores passou a ser pago com dinheiro da Segurança Social, que é a parte do salário que os trabalhadores descontam para pagar colectivamente as suas pensões na velhice e prestações sociais como as do desemprego, comprometendo a sua sustentabilidade.

**O regime da bazuca não é solução, são mais ataques!** – Querem-nos convencer de que a tudo isto não há alternativa e que a única salvação possível virá da “bazuca europeia” do chamado “Plano de Recuperação e Resiliência” (PRR).

Este plano, que permitirá aos patrões receber milhões de Bruxelas se o governo cumprir as contra-reformas que Bruxelas for mandando fazer, diz-se ao serviço da “*transição energética e digital*”.

Na prática, em Portugal já se percebeu o que isso significa: carta branca e subvenções aos patrões para despedir trabalhadores em nome do ambiente e da digitalização: liquidar a GALP em Matosinhos, despedir aos milhares na banca, despedir e precarizar a força de trabalho da Altice, reprivatizar a Efacec, reduzir a TAP e a Groundforce à mínima expressão. Tudo isto, acompanhado de um bodo às empresas ditas de formação e “requalificação”. É a destruição massiva de postos de trabalho e a desindustrialização do tecido produtivo que ainda resta no nosso país em troca de promessas vazias para o futuro.

Assim foi que o grande patronato português, pela voz da nova *Business Roundtable Portugal* (BRP), que junta as 42 cotadas no índice bolsista português, mas também das (velhas) Confederações Patronais, já anunciou que tenciona despedir 1,1 milhão de trabalhadores nos próximos anos em nome da automação ou robotização.

**Mas outro caminho é possível!** – Os trabalhadores sabem que há outra saída, que há outro caminho. Sem trabalhadores qualificados, sem salários dignos, sem um mercado interno forte, sem perspectivas de futuro para a juventude, sem estabilidade laboral, sem habitação condigna para todos, sem um sistema nacional de saúde de qualidade e igual para todos, sem um ensino público forte, o país está condenado a um declínio imparável.

Se a robotização e a automação permitem produzir mais com menos horas de trabalho humano, **reduza-se o horário de trabalho para todos e aumentem-se os salários!**

Só os trabalhadores, que sentem na pele as consequências da poluição do ambiente e da destruição da natureza, e não o capital, cujo único móbil é a obtenção do lucro, podem determinar as medidas a tomar para proteger o ambiente e reagir às alterações climáticas.

**Se as leis do oligárquico mercado capitalista não permitem conseguir nada disto, então que ele ceda o lugar à verdadeira democracia política, social e económica ao serviço da comunidade.**

O governo do PS dirigido por A. Costa já teve seis anos para reverter as medidas laborais da tróika. Não o fez. Continua a não aceitar fazê-lo.

**O mundo do trabalho exige a revogação do código de trabalho e das medidas do governo que vieram agravar a precariedade e não aceita a invocação por parte do governo dos seus compromissos com as instituições europeias e as confederações patronais.** Os partidos eleitos com os votos dos trabalhadores têm o dever de revogar imediatamente estas leis!

(continua na página seguinte)

## MANIFESTO DOS SOLIDÁRIOS

(continuação da página anterior)

Quando se quer fazer da precariedade do trabalho nas plataformas a nova norma geral para todos, os trabalhadores das plataformas exigem, sim, contratos, condições de trabalho e protecção social iguais aos dos demais.

**Independência do movimento dos trabalhadores face ao patronato e governo** – A resposta dos trabalhadores e suas organizações a esta ofensiva exige a sua completa independência face ao poder político e ao patronato. Sem ela, não pode haver resistência forte e unida.

Não precisamos de lutas segmentadas e desgastantes, que levam muitos trabalhadores a concluir por renderem-se individualmente e outros a resistir até serem alvo de despedimento colectivo.

É tempo de voltarmos aos elementos fundamentais do movimento histórico dos trabalhadores: elaborar cadernos de reivindicações claras e concretas, organizar a luta unida, da base

ao topo, com as organizações sindicais e CT's, até conseguir a sua satisfação.

Assim se poderão impedir os despedimentos, a precarização e a perda continua de direitos, seja qual for o sector de trabalho.

– Os trabalhadores de todo o país, delegados sindicais e membros de CTs reunidos neste Encontro Nacional, consideram que **“Trabalhadores atacados não podem ficar isolados!”**

Empenhados em resistir ao rumo declinante do país em matéria laboral, decidem:

– Bater-se nos locais de trabalho, ao lado de todos os trabalhadores e organizações pela **unificação de todas as lutas no combate aos despedimentos e à precariedade!**

– Pelo **aumento geral dos salários** e pela **redução do horário de trabalho para 35 horas/semanais** para todos!

– Pela **revogação das leis laborais da troika!** Combate a todas as formas de precariedade, à “uberização” das re-

lações de trabalho e ao trabalho escravo! Por **contratos de trabalho e direitos iguais para todos!**

– Pelo **restabelecimento da contratação colectiva**, reposição integral do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, pela sucessão das convenções colectivas, o fim da denúncia e caducidade unilateral pelo patronato, a revogação das normas sobre a adaptabilidade e o banco de horas individual!

– Pela **defesa intransigente do direito à greve.**

**As centrais sindicais, sindicatos e comissões de trabalhadores e movimentos sociais têm o dever de impulsar este movimento pela unidade e trabalhar em conjunto pelas reivindicações de todas e todos.**

**Contra a ofensiva geral,  
GREVE GERAL!**

**A Unidade e a Luta Fazem a  
Força!**

## PANDEMIA

### Omícron **Pandemia para sempre?**



Logo que surgiram as primeiras notícias de uma nova variante do vírus da Covid na África Austral – que os cientistas que a descobriram declararam não representar motivo de especial preocupação – os governos “ocidentais” relançaram quase de imediato restrições fortíssimas às liberdades democráticas normais e, em particular, decretaram aquilo

que o próprio secretário-geral da ONU classificou de “apartheid de viagem” contra os países africanos.

Denunciámos no número anterior deste boletim a deriva autoritária que, em Portugal, a pretexto da pandemia, se verificava em vários domínios: a proibição e militarização de greves, a definição pelo Estado do que é “a verdade” (para evitar a “desinformação”...), a conservação de registos pormenorizados de todos os passageiros aéreos durante anos, a delação de manifestantes a potências estrangeiras “afectadas”, etc.

Agora, quando as características do vírus já são bem conhecidas, há vacinas eficazes e inclusive medicamentos promissores, a “variante omícron” desencadeia novas restrições às liberdades dos cidadãos.

Vacinas? Bom, praticamente não houve vacinas nos países pobres, pois daí não advinham lucros para as farmacêuticas nem benefício para os saldos orçamentais do “Ocidente”.

Ora, em Portugal, mesmo durante a pandemia, continuou-se a destruir o SNS, onde há cada vez menos médicos e enfermeiros. Dificultou-se, portanto, o combate não só às próximas variantes de covid, mas também às inevitáveis novas vagas de cancro e outras doenças graves tardiamente detectados.

Caso para perguntar: quando chegarmos à variante ómega (última letra do alfabeto grego), suprime-se completamente a democracia e a liberdade? ■

### Nem Todos Sofrem com a Covid

Por minuto, foram 65.000 dólares.

Por segundo, mil dólares.

Tais foram os lucros que três grandes grupos da indústria farmacêutica: a Pfizer, a BioNTech e a Moderna auferiram, segundo informação publicada pela organização não governamental People's Vaccine Alliance (PVA), que faz campanha por uma melhor repartição das vacinas no mundo.



O comentário do diário suíço *Le Temps*: “Estes grupos farmacêuticos ganharam este dinheiro todo a vender a imensa maioria das suas doses a países ricos, em detrimento das nações menos desenvolvidas. Estas continuam com muito fraca cobertura de vacinação, lamenta a associação. Conforme, baseando-se nos resultados publicados pelas próprias empresas, a PVA calculou, aquele trio terá lucros antes de impostos de 34 mil milhões de dólares este ano, o que equivale a mais de mil dólares por segundo, 65 mil dólares por minuto ou 93,5 milhões de dólares por dia.”

Decerto, um consolo. ■

## MUNDO

## Imperialismo Depois da Debandada do Afeganistão

Cumprindo o acordo que Trump selara com os talibás em 2020, Biden, o novo presidente dos EUA, procedeu à retirada das tropas americanas e da NATO do Afeganistão em Agosto.

Era, à uma, o reconhecimento da incapacidade de “estabilizar” o país sob o jugo americano. Era também, porém, a necessidade de acelerar a reposição do foco político e militar do imperialismo americano na confrontação com a China.

O governo afegão fantoche desfez-se em poucos dias. Os talibás entraram em Kabul. As tropas dos EUA e da NATO debandaram no meio da desordem, abandonando os seus colaboradores locais.

São decerto fortíssimos os motivos que impeliram os EUA a prestar-se a tão triste figura.

Vejam os quais podem ter sido.

Por um lado, convém não esquecer que os talibás foram uma criação do imperialismo americano para combater a União Soviética nos anos oitenta.

Mas o importante foi, sobretudo, que o relativamente longo período de estratosférica expansão dos lucros no final do século passado e início deste se esgota. Aquela expansão baseou-se, após a queda do Muro de Berlim e da URSS, no acordo entre as cúpulas imperialistas ocidentais e a direcção do Partido Comunista Chinês para transferir para a China parte significativa da produção industrial mundial.

Em resultado, alastraram os encerramentos de fábricas nos países industrializados e, com eles, o desemprego e a pressão sobre os salários, que entraram

em longa recessão.

No entanto, como inevitavelmente acontece em capitalismo, este ciclo desaguou na catastrófica crise de 2007/08.

Desde então, para tentar “sair da crise”, o imperialismo americano tornou-se cada vez mais agressivo, inclusive com os seus submissos concorrentes europeus. Exigiu-lhes, por exemplo, que pagassem mais à NATO.

Mas, sobretudo, o imperialismo dominante mudou de atitude em relação à China. Acabou-se a tolerância imperialista para com o regime dos capatazes da



classe operária chinesa em Pequim, que garantiam força de trabalho barata e ordem nas fábricas. O crescimento e reforço da classe operária chinesa fizeram, além disso, aumentar os salários na própria China, tornando os investimentos ocidentais menos interessantes.

Agora, o imperialismo precisa de abrir completamente os mercados financeiros e de bens da imensa China à penetração sem limites dos capitais e mercadorias ocidentais. Ora, tal destruiria todos os vestígios da economia socializada herdada da revolução chinesa, ameaçando o próprio papel bonapartista da burocracia e do partido.

Esta nova política americana não foi um capricho de Trump (a “viragem para

o Pacífico” fora iniciada por Obama). Confirma-o a continuidade da política externa com Biden. Biden declarou, ao sair o último soldado americano: “o mundo está a mudar. Estamos metidos numa concorrência séria com a China. (...) Temos que apoiar a competitividade americana para enfrentar estes desafios na competição pelo século XXI. Podemos fazer ambas as coisas: combater o terrorismo e enfrentar novas ameaças que apareceram agora e continuarão no futuro. E de nada a China ou a Rússia mais gostariam nesta competição do que de manter os Estados Unidos atolados no Afeganistão por mais uma década.”

As razões porque, nos EUA, o movimento operário opôs fraca resistência ficam sintetizadas numa declaração do antigo dirigente sindical estivador da costa oeste (ILWU), Clarence Thomas: “por causa da influência do Partido Democrático ao nível nacional, o movimento sindical ficou entravado e impedido de decidir as acções indispensáveis à defesa dos interesses da classe operária. A subordinação do movimento sindical ao Partido Democrático desmobilizou-nos, impediu-nos de nos opormos às guerras e ocupações americanas em nome do lucro.”

O movimento operário mundial tem uma tarefa iniludível: organizar a solidariedade activa com os militantes operários e democráticos do Afeganistão, cuja situação fica ainda mais delicada.

À hipocrisia hedionda das burguesias imperialistas, americana e europeias, há agora que responder: “Abram as fronteiras! Acolhimento imediato e incondicional dos refugiados do Afeganistão!”

### Alemanha O “Semáforo”: Nova Variante do Bloco Central?

As recentes eleições alemãs resultaram num enfraquecimento significativo do partido democrata-cristão de Merkel, no poder há décadas – ultimamente em “grande coligação” ou, por outras palavras, em bloco central, com o partido social-democrata, o SPD.

Após longas negociações, acaba de se formar uma nova coligação “semáforo”, assim chamada por causa das cores dos três partidos componentes, o vermelho do SPD, o verde dos Verdes e o amarelo do FDP, liberal de direita.

Os elementos de programa já conhecidos apontam para piorar as condições de aposentação dos trabalhadores e para abrir as portas à capitalização de parte das pensões.

E assim por diante. Continuação da privatização da saúde. Brechas no horário de trabalho, abrindo campo para “modalidades experimentais” e a introdução da flexibilização nos contratos colectivos.

Na política externa: aumento da despesa militar, exigida pela NATO e EUA e compromisso em manter “um potencial de dissuasão credível”, em particular para com a China, dada a “rivalidade sistémica” (Biden manda).

O chefe do FDP, porta-voz do capital financeiro, pediu o apoio da oposição (CDU/CSU, que perdeu as eleições). O secretário-geral da CSU prometeu-lha – em nome dos interesses superiores “da Alemanha”. Já se ouviu por cá. O modelo de “bloco total” de António Costa parece pegar Europa fora.

Mandam, como cá, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia, os tratados europeus, em última análise Washington. No plano nacional, as forças políticas fazem apenas a ginástica necessária para nada mudar.

Os trabalhadores alemães talvez não estejam para aí virados. Alastram as greves na metalurgia.

## MUNDO

## Brasil A miséria cresce e também a rejeição a Bolsonaro\*

**A**s cenas de pessoas desesperadas com fome catando ossos de boi, descartados por um açougue no Rio de Janeiro, chocaram o país e o mundo. Outra cena, dias depois, mostrava mulheres interceptando um caminhão de coleta de lixo, em frente a um supermercado de um bairro de luxo de Fortaleza (Ceará), em busca de sobras de comida jogadas fora. É o retrato da miséria crescente que ronda a vida de parcela dos brasileiros.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) informa: *“Hoje, o Brasil tem quase 20 milhões de pessoas passando fome 24 horas ou mais em alguns dias e 24,5 milhões que não sabem como vão se alimentar no dia a dia, de acordo com levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”*.

Nos últimos atos por “Fora Bolsonaro”, acontecidos pelo país no dia 2 de outubro, inúmeras faixas e cartazes chamavam a atenção para a carestia nos preços dos alimentos e combustíveis. Outras faixas eram contra a contrarreforma administrativa que destrói os serviços públicos, contra a privatização dos correios e da Eletrobras, etc. A política de preços do governo privilegia os enormes lucros especulativos dos acionistas privados internacionais da empresa, que acabaram de receber, em agosto deste ano, cerca de 31 bilhões de reais (cinco mil milhões de euros) em dividendos.

Segundo os organizadores dos atos, 700 mil manifestantes participaram dos protestos em mais de 200 cidades do país e no exterior. Desta vez, além das Centrais Sindicais, movimentos populares e os partidos com referência na classe trabalhadora, como o PT, PSOL, PCdoB, PCO e PSTU, partidos de direita como DEM, PSDB, PSD, PSL, NOVO também convocaram formalmente estes atos. Todos participam da chamada Frente Ampla contra Bolsonaro.

Na verdade, a adesão destes partidos de direita não acrescentou público às manifestações. Em entrevista à TV 247, no dia 2 de outubro, Aloizio Mercadante, ex-ministro de Lula, foi obrigado a reconhecer: *“...o mais grave é que não romperam com Paulo Guedes, que foi assessor econômico do Pinochet e traz esse neoliberalismo autoritário (...) O DEM está no governo, o PSDB também”*. Na prática a direita

representante do grande capital continua votando as contrarreformas de Bolsonaro de interesse do mercado financeiro e do empresariado no Congresso Nacional. Isso aconteceu recentemente na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que apreciou a PEC 32 de destruição dos serviços públicos e na chamada PEC dos Precatórios, que deu o calote de 89 bilhões de reais (mais de 14 mil milhões de euros) em sentenças judiciais que estabelecem o direito de servidores públicos e pequenos fornecedores a receberem o que lhes é devido.



2 de Outubro, centenas de milhares nas ruas do Brasil

O Presidente da CUT, Wagner Freitas, falou no ato na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 2 de outubro: *“Cada dia que Bolsonaro permanece no governo é mais miséria, mais desemprego e mais morte. E não há tarefa mais importante para nós trabalhadores do que pôr fim a esse governo genocida e que extermina o futuro e os sonhos da classe trabalhadora brasileira”*.

Fernando Haddad, ex-candidato a presidente da República pelo PT em 2018, acompanhou o que havia dito Freitas: *“A eleição é daqui a um ano. Pergunte ao povo da periferia, ao povo do campo, pergunte aos desempregados, pergunte aos alunos do ensino médio que ficaram ao ‘Deus-dará’ se é possível esperar um ano para acabar esse pesadelo. Não dá”*.

No dia seguinte às manifestações por Fora Bolsonaro, dia 3, foi divulgada a notícia do envolvimento do ministro da Economia, Paulo Guedes, nas denúncias dos *Pandora Papers*. Ele – assim como grandes empresários e banqueiros do país – é dono de conta no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas com valor atual de 50 milhões de reais (mais de 8 milhões de euros). A conta de Guedes no exterior, proibida a altos funcionários do governo, cresceu 14 milhões de reais

nos últimos anos em decorrência da própria política econômica de dólar alto que ele mesmo patrocina à frente do Ministério. Enquanto isso, o dólar nas alturas vai empobrecendo os trabalhadores e o povo brasileiro.

### Inquérito COVID e fim dos atos Fora Bolsonaro!

No dia 26 de outubro, foi aprovado, por 7 votos a 4, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado da República, criada em 13 de abril e que investigou a atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia. A Covid 19 matou até este momento no país mais de 610 mil brasileiros. O relatório pede o indiciamento do Presidente da República por 9 crimes. A desconfiança é que o Procurador Geral da República, que tem se mostrado aliado de Bolsonaro, vá fazer de tudo para que a coisa caminhe lentamente ou nem caminhe. Existem hoje mais de 130 pedidos de abertura de processo de *impeachment* (afastamento) do presidente da República depositados na Mesa do presidente da Câmara dos deputados, que é quem pode decidir individualmente o trâmite parlamentar destes pedidos.

Apesar de seis datas de manifestações pelo “Fora Bolsonaro” desde o primeiro semestre deste ano, com centenas de milhares de participantes por todo o país, estes atos sempre foram em finais de semana e feriados e as direções da classe trabalhadora rejeitaram a construção da greve geral para reforçar a posição independente dos trabalhadores, aceitando a contenção das manifestações como um jogo de pressão sobre o Congresso Nacional para restringir a sanha autoritária de Bolsonaro.

Os nossos camaradas da Organização Comunista Internacionalista (OCI) escrevem: *“É hora da CUT e do PT, junto com outras representações dos trabalhadores e da juventude, convocarem a classe trabalhadora a uma greve geral pelo fim do governo Bolsonaro e sua política econômica que enriquece bilionários que evadem divisas e sonégam impostos através de suas contas no exterior. É hora de pensar em como lutar para conquistar um governo dos trabalhadores”*. ■

\*adaptado de artigo de A. G. Homem para *A Internacional*.